

O Jornal de Coruche

MENSÁRIO INDEPENDENTE DAS TERRAS DO SORRAIA

Fundador: Abel Matos Santos • Director: José António Martins • Ano 4 - Número 38 • Junho de 2009 • Mensal • Preço: €1 • Registo ERC 124937 • ISSN 1646-4222

Recorte e apresente na altura de pagar



Grande Entrevista páginas 3 e 4



No final do mês de Maio, Coruche foi palco da Feira Internacional da Cortiça – FICOR. O Jornal de Coruche entrevistou o **Dr. José Miguel Coutinho**, Presidente da Associação de Produtores Florestais de Coruche.



página 11

Jornal de Coruche vence pela terceira vez consecutiva Prémio SHIP Imprensa Regional

Destques



Ana Catita, artesã da freguesia de Coruche, mostra o seu trabalho na rubrica "Artesanato em Coruche".

► *Página 31*



Biblioteca JC

Com o seu jornal +5€, adquira o livro "Sobre o Sofrimento do Mundo" de Schopenhauer



3.º Festival da Sardinha Brava

► *Página 35*

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Manuel João Pascoal é o candidato do MIC à Junta de Freguesia de Santana do Mato

página 16



Feira Internacional da Cortiça Coruche



FICOR - O balanço final

página 5



CORUCHE

Rua Açude da Agolada – 2100-027 CORUCHE

PREÇOS BAIXOS * QUALIDADE * ACOLHIMENTO

O Seu Supermercado e Posto de Abastecimento de Combustíveis
LAVAGENS AUTO * SELF-SERVICE

SUPERCORUCHE – Supermercados SA.

Telef. 243 617 810 • Fax 243 617 712

>>



do seu território, em vez de optarem pelo lucro imediatista. Devem criar condições para que as pessoas percebam que é importante voltar, e para que queiram voltar, pelo motivo mais relevante, a gastronomia de qualidade. Dou um exemplo prático. Tive a oportunidade de visitar o certame e acho impróprio que uma garrafa de água, de litro e meio entenda-se, seja comercializada por dois euros. No que se refere ao preço das refeições aplico exactamente o mesmo exemplo. Estou a falar (escrever) de preços que me parecem claramente inflacionados face aos produtos alimentares envolvidos. Caros amigos, não me convencem com o argumento de que o produto principal é caro, isto é, a carne de toiro bravo, porque, apesar de se tratar de um tipo de carne com mercado de nicho, a produção existe, e com preços equivalentes aos da carne bovina tradicional. Os restaurantes de Coruche devem perceber que uma boa oferta passa também por preços adequados. Cumpram o vosso papel no esforço de promoção do Concelho, pratiquem, em futuros certames, preços justos, que sejam efectivamente convidativos à participação das pessoas. Repliquem, porque não, o exemplo da restauração da cidade vizinha de Almeirim que em torno da Sopa da Pedra, a preços justos, fundaram uma dinâmica de desenvolvimento económico e de geração de empregos muitíssimo positiva.

Sugestões de Turismo:

Por cá e lá fora.

Açores: O arquipélago dos Açores pode, na actualidade, ser definido como um “diamante por lapidar”. Associada a este território está uma visão poética e apaixonante de um destino com um elevado grau de preservação e de diversidade dos seus recursos

naturais. Os Açores afirmam-se como um excelente destino, sem vocação para o sol e mar, o que impede a sua massificação. Se gosta muito de natureza e pouco de confusões, os Açores é, provavelmente, um dos melhores destinos do mundo. Viaje em pacote turístico, que poderá ser adquirido em qualquer agência de viagens, ou vá por sua conta reservando passagens aéreas (www.tap.pt ou www.sata.pt), aluguer de carro (por exemplo, www.europcar.pt) e alojamento (por exemplo, www.booking.com). Consulte mais informações sobre o destino em www.azorestourism.com.

Turismo de Aldeia: O projecto Genuineland nasce do interesse conjunto de nove regiões europeias, com realidades e culturas diferentes, envolvidas na mesma problemática e com a convicção de que, em cooperação, poderão contribuir para a sustentabilidade das suas regiões. A parceria, denominada Rede Europeia de Turismo de Aldeia, envolve, entre outros, regiões oriundas de Portugal, Roménia, Itália, Finlândia, Eslovénia, Polónia e Grécia. São aldeias da rede, por exemplo, as alentejanas Juromenha, Terena e Évoramonte. Visite www.genuineland.com e fique a conhecer o projecto e as aldeias da rede.

Campismo de qualidade:

Abre em Junho aquele que será um dos maiores e mais ecológicos parques de campismo da Europa, o Zmar. Fica a uma dezena de quilómetros das praias em redor da Zambujeira do Mar (Odemira), espraia-se por 81 hectares de parque natural e, em Junho, mostrar-se-á em toda a sua dimensão e inovação cinco estrelas em forma de Eco-Camping Resort, o primeiro do género na Península Ibérica. Consulte mais informações em www.zmar.eu.

PRÉMIOS SHIP

Lição proferida pelo Prof. Ernâni Lopes

— principais excertos por ocasião da entrega do Prémio Identidade Portuguesa



Perante uma distinção como esta que acabo de receber e do mesmo modo que perante uma condecoração, considero como comportamento devido aquele que é definido pelos seguintes parâmetros:

- 1) Não se pede;
- 2) Não se agradece;
- 3) Aceita-se ou recusa-se. Se se aceita,
- 4) Respeita-se;
- 5) Assume-se;
- 6) Honra-se.

Por isso a minha resposta à atribuição do Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa, que já aceitei, é:

i) **Respeitar** a memória e a intenção do Instituidor;

ii) **Assumir** o acréscimo de responsabilidade que a decisão do júri para mim representa; e

iii) **Honrar**, na medida do que me é possível, a natureza, os propósitos e a acção meritória da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Uma reflexão prática sobre o significado do prémio, na sua expressão “Identidade Portuguesa”, leva-me a identificar, no que lhe é essencial, a dimensão subjacente a toda a actividade humana: **Valores, Atitudes e Padrões de Comportamento**.

Neste sentido a “identidade portuguesa” é o resultado, historicamente determinado, da acção dos Portugueses, em função dos valores, atitudes e padrões de comportamento que assumem como seus, em cada momento e na continuidade do processo histórico. O elemento dinâmico da pro-

jeção da identidade ao longo do tempo é a capacidade prospectiva de conceber a construção colectiva para o futuro.

Estamos, portanto, nos antípodas de uma concepção teórica meramente limitada ao, centrada no, alimentando-se do, e configurada exclusivamente sobre o passado.

Ao procurar sistematizar o conteúdo que encontro no trinómio elementar de “valores / atitudes / padrões de comportamento”, não numa perspectiva teórico-axiomática mas (o que é mais) prático-vivencial, parece-me podermos arrumá-lo como se segue.

O conteúdo radical, o que vem da raiz, dos “valores” exprime-se pela conjugação das três referências seguintes:

- 1 – **Deus**, para o adorar e louvar;
- 2 – **Pátria**, para a honrar e servir;
- 3 – **Família**, para a viver e amar.

No domínio (de espectro largo e de conteúdo intrinsecamente fluido) das “**atitudes**”, podemos identificar aqueles que se me afiguram como as duas dominantes:

- 1 – **Sentido de Estado**; e
- 2 – **Responsabilidade de cidadania**.

Finalmente, no que respeita ao conjunto (intrinsecamente multifacetado e sempre heterogéneo) de “**padrões de comportamento**”, creio que o modo mais estruturado de o apresentar é ter presente o culto das virtudes:

I – Cardeais

- 1) Coragem (que, no catolicismo, também é Fortaleza);
- 2) Sabedoria (que também é Prudência);
- 3) Temperança;
- 4) Justiça.

II – Teologais

- 1) Fé;
- 2) Esperança;
- 3) Caridade.

NERANT
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

Move PME

Gestores já se encontram a receber formação

Com três acções já iniciadas no âmbito do programa Move PME, a Nersant vai dar início a mais duas acções de formação na área da Qualidade e uma na área de Internacionalização.

O Move PME, programa de formação-acção para gestores de empresas, tem como objectivo o reforço das competências de gestores e responsáveis de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Para além da Qualidade e Internacionalização, o Move PME faculta ainda aprendizagens nas áreas de Gestão Estratégica, Gestão da Inovação e Segurança Alimentar. A formação pretende realizar um plano de mudança e modernização que os

empresários devem aplicar nas empresas pelas quais são responsáveis.

A participação no Move PME tem como vantagem principal a combinação de formação em sala, com consultoria, em que as empresas têm à sua disposição uma equipa de consultores seniores, que auxiliarão na elaboração do diagnóstico, definição do plano de acção e sua implementação. As empresas, através de uma componente prática, podem, através deste programa, aplicar um plano de mudança e modernização cuja finalidade é o desenvolvimento organizacional.

O 28 de Maio

Não é fácil perceber “Salazar”, a actuação de Salazar, ou o que foi o Estado Novo, sem abordar as razões que motivaram o movimento militar que deu origem à Revolução Nacional.

No 83.º aniversário daquele enorme e decisivo acontecimento político, queremos deixar o nosso contributo, para que alguma luz seja feita, neste nosso actual período tão despido de valores e de sonegação da informação.

A abordagem que pretendemos efectuar, não se perderá na narração dos factos de forma exaustiva, tão pouco fará referência a todos os seus interlocutores. Terá no essencial, a preocupação de descrever os antecedentes imediatos e a trajectória que à Revolução entenderam os militares haver dar.

Vivia-se desde o início da primeira República, em ambiente de fragilidade social, onde as revoltas, os assassinatos, a fome, o desrespeito pelas Instituições, eram pronúncia da urgente necessidade de inversão do viver nacional. Um desses levantamentos militares, o de 18 de Abril de 1925, que havia de fracassar, seria indubitavelmente,

responsável pela convergência das consciências, que levaram os militares – corrigidos os erros daquele levantamento – a encerrar posteriormente com êxito a intentona. Em todo o processo, esteve presente a necessidade urgente de dar início ao movimento. Faltava quem lhe desse corpo. Surge o nome do general Gomes da Costa, por consenso entre os oficiais que se encontravam no Forte da Graça – General Sinel de Cordes, comandante Filomeno da Câmara e o comandante Raul Esteves – que apesar de presos devido ao fracassado 18 de Abril, eram parte integrante e activa das operações.

Gomes da Costa é contactado, e aceita o convite!

Entretanto, devido a alterações nos postos de comando de Unidades consideradas fundamentais, a data para início do levantamento ia sendo sucessivamente adiada. No meio de todos os contratempos, surge pela mão do comandante Mendes Cabeçadas, um plano avulso, que provocou o abandono dos militares do 18 de Abril e do próprio Gomes da Costa. Ainda assim, Mendes Cabeçadas precipita-se, e sofre inevitavelmente um desaire em 19 de Julho. Decorrem várias tentativas de

conjugação de esforços. As conspirações eram constantes, e não fora a morte do general Alves Roçadas, estaria eventualmente encontrado o rosto da Revolução.

A Carmona é apresentado um plano (mais um) de autoria do comandante Mendes Cabeçadas, que aquele rejeita, por entender inconsistente.

A agitação crescia, mas eram desgarradas as iniciativas; na imprensa (*Século e Época*) surgiam artigos e entrevistas forjadas, que jornalistas nacionalistas editavam como verdadeiros; sentia-se iminente a alvorada, mas não havia chefe.

Braga era cada vez mais o centro das movimentações, e sentia-se a todo o momento, que o inevitável estava para acontecer. E mais uma vez é apontado Gomes da Costa, militar prestigiado, para rosto da Revolução.

Entretanto o Dr. Manuel Murias numa reunião dos conjurados, redige a que deveria ser a Primeira proclamação revolucionária para ser lida pelo general comandante em chefe do Exército Nacional, Gomes da Costa:

Portugueses!

Para homens de dignidade e de honra, a situação do País é inadmissível. Vergada sob a acção de uma minoria devassa e tirânica, a Nação envergonhada sente-se morrer. Eu por mim revolto-me abertamente! E os homens de dignidade que venham ter comigo com as armas na mão, se quiserem comigo vencer ou morrer!

Às armas Portugal! Portugal às armas, pela Liberdade e pela honra da Nação!

Viva a Pátria!

Na véspera do dia 28, encontrava-se Gomes da Costa em Braga, ultimando com os oficiais, os preparativos. Noite agitada, algum nervosismo, mas sem



Gomes da Costa



duvida, total determinação. Faziam-se os últimos contactos, ponderavam-se as adesões ao movimento, eventuais contratempos, e na madrugada do dia 28, é posta em marcha a Revolução que havia de libertar a Nação de dezasseis anos, dos mais negros da nossa História recente. No início da tarde, através do jornal *O Século*, Gomes da Costa concede a primeira entrevista, e esclarece o intuito da Revolução:

«O nosso intuito — diz então o general — está já bem expresso em algumas proclamações que foram distribuídas pelo País e nomeadamente em Lisboa e Porto. Não nos movem quaisquer fins políticos. Todos nós, os que nos metemos nisto, não temos intenção de ferir ou de defender interesses partidários. Queremos apenas libertar o País duma nefasta influência, nociva a todos os respeitos, que o traz oprimido, entregando a sua governação a gente competente e capaz de fazer aquela obra de reconstrução social que se impõe e que toda a Nação reclama».

«Não há homens honrados e patriotas neste País que não estejam hoje connosco de alma e coração. O nosso movimento não foi preparado com a simples e estúpida preocupação de assaltar o Poder; simplesmente nos move o desejo veemente de acabar com o estado de coisas

nojento e repugnante que há alguns anos se mantém para vergonha deste País, dando-lhe aquelas possibilidades legítimas de ressurgir para a vida e para a civilização.»

E acrescentava:

«Temos nós porventura o direito de ver o País desaparecer pouco a pouco, não envidando os nossos melhores esforços no sentido de o salvar de uma derrocada, cujas consequências são difíceis de prever? Não temos nós, porventura, o direito de nos opor com todo o nosso amor pátrio ao descalabro nacional que se avizinha a passos velozes? É-nos lícito por acaso esquecermos os galões que temos nos braços, o juramento de honra que fizemos, não procurando por todos os modos e feitios defender a Pátria contra tudo e contra todos?».

«Não! O nosso dever é derramar o sangue e lutar pela Pátria. Não são os estrangeiros que põem a nossa Pátria em cheque, preparando-lhe a ruína. Mas, ainda é pior. São os nacionais, são os mais perigosos, aqueles que lhe desferem punhaladas mais violentas, mais ferozes, mais mortíferas».

«E nós não podemos consentir em tal. Basta por uma vez. A paciência tem limites. O País nada tem, nada possui. Está à beira da miséria. Somos um País de turismo e não temos estradas; temos apreciabilíssimas fontes de receita económica e

destruímo-las; vencemos a guerra e fomos derrotados na paz; temos colónias e não as cultivamos, deixando-as andar ao acaso das ambições de fora; temos possibilidades, mais que nenhum outro povo, de ressurgir financeiramente, e cada dia estamos mais arruinados. E tudo isto porque? Porque nos não têm governado pessoas competentes, idóneas, capazes de realizar a obra que está por fazer, continuarmos numa situação que todos aceitam no snobismo, vaidade, ou... desejo de enriquecer». «A que temos assistido no decorrer dos últimos anos? Ao espectáculo degradante de roubos, depredações, excesso de incompetência, falta de vergonha e de brio — eu sei lá! O Exército, o nosso querido e glorioso Exército, não tem absolutamente nada. Ora, francamente, ele não entrou na Guerra e não fez todos os esforços para vencer; para afinal de contas sair dessa luta titânica mais diminuído, mais enfraquecido, mais falto de tudo do que antes».

«Foi tudo isto que contribuiu para que hoje nós viéssemos todos procurar defender o prestígio do Exército e a segurança e o futuro da Nação. Não somos políticos, nada queremos com os políticos. Mas isso não significa, repito, que nos esqueçamos do nosso dever de militares e de portugueses».

«Creio que não sustentaremos

de 1926

luta alguma. Aqui em Braga toda a guarnição está sem discrepância alguma a meu lado. E eu por mim já estou comandando a 8.ª e a 6.ª divisões, que estão conosco inteiramente.»

Depois acrescentou que contava seguir para o Porto, na mesma tarde, o que fez. Todo o Norte foi aderindo à Revolução. Mas o governo central tenta conter a revolta e encarrega o general Sousa Dias de o fazer. Este general informa Gomes da Costa que apesar da grande consideração que lhe tem, só recebe ordens do ministério e do ministro da Guerra. E cumprindo ordens, envia duas colunas contra Braga. Gera-se a habitual – nestes casos – confusão na troca de informações, e Gomes da Costa mantém a determinação a que o movimento se propôs e difunde o desejo que tudo corra com a calma possível.

No Porto, pelas 15 horas, já os populares davam vivas à Revolução! A guarnição de Coimbra faz saber da sua adesão incondicional à Revolução. Do Porto surge a notícia da saída militares para conter a Revolução. Esclarecida a intenção da revolta, colocou-se o Porto ao lado da Revolução.



Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas

Em Lisboa, a situação era de uma aparente normalidade... disfarçada!

Entretanto o comandante José Mendes Cabeçadas Júnior, afecto à Revolução, como controlasse o Comité de Lisboa, tenta instalar-se no Poder, e apresenta ao Presidente da República, Dr. Bernardino Machado, uma carta a pedir que demita o governo do Eng. António Maria da Silva e entregasse o Poder aos militares. Bernardino Machado não cede, e aquele militar verificando que a capital não era favorável ao Movimento sai de Lisboa em direcção ao Norte. Na passagem por Santarém é preso. Numa entrevista, explica os fins da Revolução:

«tem-se dito por aí que o Movimento é radical e eu peço-lhe que desminta essa afirmação falsa que tem sido feita com fins de prejudicar o Movimento que é nacional» (...) «queremos apenas libertar este desgraçado País do predomínio dum partido que o tem levado à sua miserável situação de hoje, não hesitando servir-se de todos os meios de corrupção, transformando-o num feudo em que se afogam todas as nossas tradições».

No dia 29, o *Diário de Lisboa*, publicava a entrevista concedida por Gomes da Costa, ainda em Braga, explicando o carácter do Movimento, os fins da revolta e as medidas imediatas a tomar. Os populares liam com interesse a entrevista e, tal como acontecera no Porto davam vivas à Revolução!

Os revoltosos, contavam cada vez mais com a adesão dos seus camaradas de armas, por todo o País, bem como da imprensa, e gradualmente iam ocupando as posições fundamentais ao controlo da Nação. Foi parte importante do sucesso, o general Sinel de Cordes. Faltava perceber a posição do Sul. Foi enviado um emissário a Elvas para

transmitir a Carmona que assumisse revolucionariamente o comando da 4ª Divisão. Várias peripécias sucederam entretanto, (...) e quando se soube que Carmona estava à frente da Divisão de Évora, todo o Sul, aderiu ao Movimento.

Por ordem de Gomes da Costa, concentram-se tropas no Entroncamento, sob o comando do coronel Mouzinho de Albuquerque. Outros militares se dirigiram para aquela cidade, nomeadamente, os tenentes-coronéis Raul Esteves e Passos e Sousa. Em 31 de Maio, contavam-se cerca de dois mil homens a aguardar ordens de Gomes da Costa. As adesões continuavam por todo o País. Chegara a hora da Revo-

lução, e Gomes da Costa, iniciou a marcha sobre Lisboa.

Em Lisboa, o Chefe do Governo, António Maria da Silva, tenta reagir organizando uma coluna militar, que fracassou. Perante enorme desorientação, reúne o Conselho de Ministros que delibera apresentar a demissão do Governo ao senhor Presidente da República. Bernardino Machado, manda soltar Mendes Cabeçadas, e entrega-lhe o Governo.

Lisboa adere ao Movimento! Gomes da Costa, já está pelo Porto, onde é recebido em apoteose. A marcha sobre Lisboa prossegue. Entretanto, Gomes da Costa perde a confiança em Mendes Cabeçadas, e faz saber, que não permitirá que o Governo do País seja entregue a indivíduos com os mesmos vícios políticos e imorais, responsáveis pelo estado a que chegara.

E responde aos jornalistas: *«Há muitos anos que nós vivemos numa verdadeira e insuportável miséria. Os partidos têm sido e nossa ruína e continuarão a sê-lo se nós não nos insurgirmos contra este estado de coisas».* (...) *«eu detesto os políticos e nunca os consentirei junto a mim. Em Lisboa está já organizado um Governo. Alguém que esteve comigo deixou-se empolgar. Não o consentiremos!».*

No dia 1 de Junho, dá-se o encontro em Coimbra entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, do qual resultou – desfeitos alguns equívocos – o triunvirato constituído por Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e Gama Ochôa. No dia seguinte Gomes da Costa confrontado com a notícia da distribuição de pastas ministeriais anunciada por Mendes Cabeçadas, percebe que caiu num logro, e denunciou imediatamente o acordo de Coimbra.

Gomes da Costa impõe condições, para possibilitar qualquer entendimento com Mendes Cabeçadas, que este aceita, e no dia 3 de Junho, fica formada a primeira Junta Governativa:

Mendes Cabeçadas (Presidência e Interior); Gomes da Costa (Guerra e Colónias); Carmona (Estrangeiros); Mendes dos Remédios (Instrução); Manuel Rodrigues (Justiça); Jaime Afreixo (Marinha); **António de Oliveira Salazar (Finanças)**; Ezequiel de Campos (Agricultura e Interino do Comércio). Fazem-se os preparativos para a entrada triunfal de Gomes da

Costa em Lisboa. No dia seguinte, chegam ao Rossio, no rápido de Madrid, os Prof. **Oliveira Salazar**, Manuel Rodrigues e Mendes dos Remédios. À chegada, o **Doutor Oliveira Salazar** declara a um jornalista: *«Só com muito sacrifício venho a Lisboa. Vou dizer isto mesmo ao Chefe do Governo».* Durante a reunião na Amadora, o Prof. **Salazar** declina o convite, alegando o seu precário estado de saúde. E mesmo apesar da insistência de Gomes da Costa, manteve a recusa e lá seguiu para a sua aldeia no Vimieiro.

Os nomes dos Prof. **Oliveira Salazar**, Manuel Rodrigues e Mendes dos Remédios, foram incluídos na Junta Governativa, por sugestão de Mendes Cabeçadas, apesar de os não conhecer. Ouviu falar deles, aquando da sua deslocação a Coimbra no dia 1 de Junho. Esperava-o na estação o major de Artilharia Pedro de Almeida, que todo o caminho enalteceu aqueles três professores. Mendes Cabeçadas, limitou-se a convidá-los através do coronel Schiappa de Azevedo, e sem consentimento prévio incluiu-os na constituição da Junta.

Naquela altura, estava a mãe do **Doutor Salazar** muito doente, razão também pela qual Salazar não queria aceitar o convite. Salazar ao comentar com a mãe, sobre o convite que lhe haviam feito, ela dizia-lhe: *«Aceita. Não te preocupes comigo. Se cá vieram é porque precisam de ti. Tens que aceitar. Vai meu filho».*

Criado o impasse, Salazar é de novo instado a aceitar a pasta das Finanças ... e aceita a 12 de Junho. Chega a Lisboa às 15:10 horas, e dá a sua primeira entrevista ao *Diário de Lisboa*:

– *Quais são as medidas que V. Exa., vai pôr em prática?*

– *Não trago programa. Fui mobilizado. Recebi guia de marcha para me apresentar no Ministério das Finanças e cá estou.*

– *V. Exa., deve ter os seus pontos de vista...*

– *Não tenho ideias à priori sobre aquilo que vou fazer. Só depois de colher os elementos de que necessito é que posso satisfazer a sua curiosidade.*

– *Curiosidade que não é nossa; é de seis milhões de pessoas que aguardam a solução do problema nacional.*

Com um sorriso amável:

– *Eu sei ... Os senhores são jornalistas temíveis...*

E a todas as perguntas que lhe faziam, respondia *«que ain-*

João Gomes

Empresário



da era cedo para falar».

Entretanto, porque a instabilidade social impossibilitava exercer qualquer política com utilidade nacional, Salazar, ao fim de 5 dias, retira-se para a sua vida académica. Continuavam as desinteligências no seio dos militares, que se esbateram de alguma forma com a deposição de Gomes da Costa, e o seu exílio para Angra do Heroísmo.

Surge um novo panorama, e Carmona forma Governo pelas 15 horas do dia 9 de Julho, elegendo para ministro das Finanças, Sinel de Cordes. Não fica no entanto, o problema nacional resolvido.

A Nação só iniciará o seu período de estabilidade, reconstrução e engrandecimento, quando em 27 de Julho de 1928, Salazar decide aceitar o convite para ministro das Finanças. Em boa hora o fez, e durante quarenta anos, o País conheceu um período áureo, invejado além fronteiras. Por tudo o que foi a 1ª República, pela dificuldade em estabilizar o período pós revolução, pelos vícios políticos e pelo generalizado espírito de aproveitamento ilícito, a solução política teria que passar forçosamente por um período de controlo das vontades e autoridade governativa.

Esse período glorioso que ficou conhecido por ESTADO NOVO, iniciou-se em 1928 e terminou em 1968. Por incapacidade governativa, constituiu-se uma comissão liquidatária a partir desta data, que por acordo administrativo, entregaria o poder à rua, traindo o espírito do 28 de Maio de 1926. Tudo voltaria aos tempos da desordem, ao descalabro financeiro, à rotura social e moral, à política do poder pelo poder, à devassa. Foi a completa alienação das inteligências!

Bem actual está o texto concebido pelo Dr. Manuel Murias: *Portugueses!*

Para homens de dignidade e de honra, a situação do País é inadmissível. Vergada sob a acção de uma minoria devassa e tirânica, a Nação envergonhada sente-se morrer.

Eu por mim revolto-me abertamente! E os homens de dignidade que venham ter comigo com as armas na mão, se quiserem comigo vencer ou morrer!

Às armas Portugal!

Portugal às armas, pela Liberdade e pela honra da Nação!

Viva a Pátria!